



# HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

## Relatório da Administração

### Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V. Sas, as informações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, "Banco de Investimento", relativas aos semestre findo em 30 de junho de 2019 e 2018.

O Banco de Investimento faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

### Resultados

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento encerrou o semestre em 30 de junho de 2019 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.094.541 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 11.118 mil.

### Gestão de riscos

Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de risco garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta imprópria por parte dos funcionários.

### Gestão Integrada de Riscos

O HSBC Brasil atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo HSBC e têm como objetivos suportar uma cultura forte de risco em toda a organização, assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva, permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos e assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e os níveis pré-estabelecidos em sua declaração de apetite a riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital consulte o site: www.hsbc.com.br.

### Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

### Papéis e Responsabilidades

O HSBC Brasil possui uma área de gerenciamento de riscos independente das áreas de negócio, mas todo funcionário do Grupo é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa e este é aplicável a todos os tipos de risco. As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira Linha é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda Linha determina as políticas, supervisão e desafia as atividades e os relatórios da Primeira Linha para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido;
- A Terceira Linha é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo HSBC, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

### Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de comportamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos foco em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar o status e a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o Grupo HSBC vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo constantemente revisitados com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o cumprimento das sanções e o combate ao suborno e à corrupção.

### Risco de Mercado

O objetivo da administração de risco de mercado do HSBC Brasil é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de risco consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

O HSBC Brasil possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo HSBC, além de monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites pré-estabelecidos. A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados pela área de Tesouraria.

O HSBC Brasil utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, VAR e testes de estresse.

### Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do Risco de Crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter os seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco buscando minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento.

De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes de forma independente da área de negócios.

### Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com o ambiente regulatório local e externo, através das políticas e governança definida e implementada pelo Grupo HSBC.

### Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17, o processo de gerenciamento de capital define-se como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A abordagem de gerenciamento de capital do HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

### Controles Internos e Compliance

O Banco de Investimento conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do CMN, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral, como por exemplo a Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, do CMN, que dispõe sobre a política de conformidade (*compliance*).

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de julho de 2012), bem como às normas complementares estabelecidas pelo COAF, CVM e Bacen, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e a Circular nº 3.461 de 24 de julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

### Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em dezembro de 2012, dentre outros acordos, o HSBC Holding plc ("HSBC Holdings") celebrou um termo de responsabilidade com o UK Financial Conduct Authority ("FCA") e acatou uma ordem de cessação do Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board - "FRB"), sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. O HSBC também concordou com a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que é, para fins do FCA, uma "pessoa qualificada" de acordo com a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do FRB, um "consultor independente") para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o "Monitor"). Em dezembro de 2012, o HSBC Holdings também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros ("OFAC") com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da OFAC. O Monitor continuará conduzindo revisões dos países e fornecendo relatórios periódicos por um período de tempo sob discricção do FCA e do FRB.

Por meio das revisões do Monitor em cada país, assim como das revisões internas conduzidas pelo HSBC, potenciais questões de *compliance* foram identificadas, as quais o HSBC está revisando em maiores detalhes com o FRB, o FCA e/ou o OFAC. O FinCen (Financial Crimes Enforcement Network) do Departamento do Tesouro Americano, assim como a Divisão Civil do Ministério Público do Distrito Sul de Nova Iorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em certos pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do HSBC. O FCA também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do Banco HSBC com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido. O HSBC está cooperando com todas essas investigações.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária, supostamente em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HSBC North America Holdings Inc. e HSBC USA Inc. ("Réus Corporativos") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus Individuais") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os Réus Individuais violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao acordo de cinco anos de diferimento de ajuntamento de Ação Penal com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") celebrado em dezembro de 2012. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido dos Réus Corporativos de extinção da ação. Em novembro de 2018, a corte de apelação reverteu a decisão da Corte do Estado de Nova Iorque e reintroduziu a ação. Além disso, em março de 2019, a corte de apelações negou o requerimento dos Réus Corporativos para apresentar novos argumentos, de autorização para apelar à Corte de Apelações de Nova Iorque. Em fevereiro de 2019, os Réus Corporativos e a maioria dos Réus Individuais protocolaram um pedido de extinção da ação na Corte do Estado de Nova Iorque, onde a matéria continua pendente.

Em julho de 2014, uma ação foi proposta perante o Tribunal de Justiça de Ontário contra o HSBC Holdings e um ex-empregado, supostamente em nome de um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (American Depositary Shares), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012. O pleito, que busca indenização material de aproximadamente C\$20 bilhões, alega que os réus violaram precedentes legais e a legislação ao incluir declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária integral indireta, o HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento pelo HSBC da Lei de Sigilo Bancário (Bank secrecy Act) ("BSA"), bem como leis relativas à lavagem de dinheiro (AML), sanções e outras. Em setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário retirou as ações contra o HSBC Holdings e o ex-funcionário por falta de jurisdição, e suspendeu a ação de falsa declaração contra o HSBC Holdings por incompetência do fórum. Em outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelação de Ontário, e em julho de 2018 a apelação foi retirada. Em outubro de 2018, o autor da ação pediu autorização para apelar à Suprema Corte do Canadá, e, em março de 2019 a autorização para apelação foi negada.

Desde novembro de 2014, ações foram propostas perante os Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do grupo HSBC e outras em nome de autores que são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio ou da violência de cartéis do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram a conduta ilegal de vários grupos sancionados, em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Das ações estão atualmente pendentes no Juízo Distrital Federal de Nova Iorque com uma em apelação. Em julho de 2018, em um caso, o Juízo Distrital de Nova Iorque acatou um pedido de anulação do HSBC, enquanto que em outro caso, o magistrado emitiu uma recomendação que o Juízo Distrital de Nova Iorque deveria negar o pedido de anulação do réu. Os autores apelaram da decisão do caso concedendo anulação e essa apelação encontra-se pendente de resolução. Pedidos de anulação foram propostos para dois outros casos; a corte de um desses casos acatou o pedido do HSBC em março de 2019. Os autores desse caso estão atualmente buscando alterações na sua reclamatória. As seis ações remanescentes encontram-se em estágio inicial.

Em julho de 2018 uma ação foi proposta contra o HSBC Holdings na Suprema corte da Inglaterra e País de Gales, alegando que o HSBC Holdings fez declarações inverídicas e/ou enganosas e/ou omissões em declarações públicas entre 2007 e 2012 em relação à conformidade do HSBC com o combate à lavagem de dinheiro (AML), financiamento antiterrorismo e leis e regulamentações relacionadas com sanções e com a conformidade regulatória do HSBC em geral.

Existem diversos fatores que podem afetar os possíveis desfechos, e o resultado financeiro resultante, dessas matérias, o que pode ser significativo.

### Investigações e Contencioso Relacionados ao Mercado de Câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de 3 anos de diferimento de ajuntamento de Ação Penal com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o "FX DPA") em relação a conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Isso concluiu a investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") sobre o histórico de atividades no mercado de câmbio. Nos termos do FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações, incluindo a implementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no seu negócio de *Global Markets*, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao DOJ. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

### Demonstrações Financeiras

A Diretoria revisou em agosto de 2019 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 30 de junho de 2019, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 26 de agosto de 2019 estas demonstrações financeiras.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, agosto de 2019

A Diretoria

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

## Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2019 e 2018

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>712.498</b>	<b>1.163.650</b>	<b>Circulante</b>		<b>560.112</b>	<b>406.696</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>3.952</b>	<b>10.614</b>	<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>11</b>	<b>15.558</b>	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>4</b>	<b>213.550</b>	<b>471.536</b>	Carteira própria		15.558	-
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar		210.032	471.536	<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5.b</b>	<b>115.047</b>	<b>194.426</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.518	-	<b>Outras obrigações</b>	<b>429.507</b>	<b>212.270</b>	
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>59.178</b>	<b>501.619</b>		Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25	3
Livres	<b>5.a</b>	-	138.709	Carteira de Câmbio	<b>6</b>	339.032	121.156
Vinculados a Prestação de Garantias	<b>5.a</b>	-	272.727	Sociais e estatutárias		1.613	1.026
Instrumentos financeiros derivativos	<b>5.b</b>	59.178	90.183	Fiscais e previdenciárias	<b>12</b>	45.863	50.412
<b>Outros créditos - Diversos</b>	<b>435.068</b>	<b>179.507</b>		Negociação e intermediação de valores	<b>5.b</b>	4.262	7.252
Carteira de câmbio	<b>6</b>	377.340	122.100	Diversas	<b>8</b>	38.712	32.421
Negociação e intermediação de valores	<b>5.b</b>	7.915	17.347	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>557.664</b>	<b>330.867</b>	
Rendas a Receber		146	-	<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>5.036</b>	-
Diversos	<b>8</b>	49.667	40.060	Depósitos a Prazo		5.036	-
<b>Outros valores e bens - Despesas antecipadas</b>		<b>750</b>	<b>374</b>	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>13</b>	<b>104.349</b>	-
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.499.819</b>	<b>624.140</b>		Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		104.349	-
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>1.392.201</b>	<b>575.654</b>		<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5.b</b>	<b>345.382</b>	<b>253.641</b>
Carteira própria	<b>5.a</b>	654.879	379.301	<b>Outras obrigações</b>	<b>102.897</b>	<b>77.226</b>	
Vinculados a Compromissos de Recompra	<b>5.a</b>	15.808	-	Fiscais e previdenciárias	<b>12</b>	85.211	56.819
Vinculados à Prestação de Garantias	<b>5.a</b>	599.736	123.440	Diversas	<b>8</b>	17.686	20.407
Instrumentos financeiros derivativos	<b>5.b</b>	121.778	72.913	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.094.541</b>	<b>1.060.524</b>	
<b>Outros créditos - Diversos</b>	<b>8</b>	<b>74.783</b>	<b>48.486</b>	Capital social - De domiciliados no País	<b>15</b>	919.248	919.248
<b>Permanente</b>	<b>32.835</b>	<b>10.297</b>		Reservas de lucros	<b>15</b>	126.123	105.266
<b>Investimentos - obras de arte</b>	<b>10</b>	<b>10</b>		Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e valores mobiliários	<b>5.a</b>	49.170	36.010
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>9</b>	<b>13.180</b>	<b>9.650</b>	<b>Total</b>		<b>2.212.317</b>	<b>1.798.087</b>
Outras imobilizações de uso		19.870	13.944				
(Depreciações Acumuladas)		(6.690)	(4.294)				
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>19.645</b>	<b>637</b>				
Ativos Intangíveis		20.392	843				
(Amortizações Acumuladas)		(747)	(206)				
<b>Total</b>		<b>2.212.317</b>	<b>1.798.087</b>	<b>Total</b>		<b>2.212.317</b>	<b>1.798.087</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social realizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Avaliação patrimonial		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>919.248</b>	<b>25.085</b>	<b>45.592</b>	<b>50.609</b>	-	<b>1.040.534</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	(14.599)	(14.599)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	34.589	34.589
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	1.729	32.860	-	(34.589)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>919.248</b>	<b>26.814</b>	<b>78.452</b>	<b>36.010</b>	-	<b>1.060.524</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	<b>1.729</b>	<b>32.860</b>	<b>(14.599)</b>	-	<b>19.990</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>919.248</b>	<b>28.861</b>	<b>86.144</b>	<b>35.942</b>	-	<b>1.070.195</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	13.228	13.228	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	11.118	11.118
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	556	10.562	-	(11.118)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>	<b>919.248</b>	<b>29.417</b>	<b>96.706</b>	<b>49.170</b>	-	<b>1.094.541</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	<b>556</b>	<b>10.562</b>	<b>13.228</b>	-	<b>24.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>68.293</b>	<b>106.443</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		62.973	66.415
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		3.010	27.181
Resultado de operações de câmbio		2.310	12.847
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(3.760)</b>	-
Operações de captação no mercado		(3.284)	-
Operações de empréstimos e repasses		(476)	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>64.533</b>	<b>106.443</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(41.415)</b>	<b>(38.682)</b>
Receitas de prestação de serviços	<b>16</b>	36.851	29.679
Despesas de pessoal	<b>17</b>	(51.855)	(44.823)
Outras despesas administrativas	<b>19</b>	(19.675)	(15.512)
Despesas tributárias	<b>20</b>	(10.147)	(8.194)
Outras receitas operacionais	<b>21</b>	3.239	2.642
Outras despesas operacionais	<b>21</b>	(108)	(2.474)
<b>Resultado operacional</b>		<b>23.118</b>	<b>67.761</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(234)</b>	-
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>22.884</b>	<b>67.761</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22</b>	<b>(8.709)</b>	<b>(32.186)</b>
Corrente		(28.214)	(48.040)
Diferido		19.505	15.854
<b>Participações no lucro</b>		<b>(3.057)</b>	<b>(966)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>11.118</b>	<b>34.589</b>
<b>Lote de mil ações do capital</b>		<b>882.859</b>	<b>882.859</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>12,59</b>	<b>39,18</b>



# HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

Em milhares de reais

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1. Contexto operacional

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2019.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

#### b. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

#### c. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

#### e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

#### f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

**Títulos disponíveis para venda** - são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

II. Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelos seus valores de mercado e o registro da valorização ou da desvalorização desse ajuste a valor de mercado foi reconhecido no resultado.

Os derivativos são reconhecidos e subsequentemente reavaliados a valor de mercado. O valor de mercado de derivativos negociados em bolsa é obtido através de preços cotados no mercado. O valor de mercado de derivativos negociados no mercado de balcão é obtido através de técnicas de avaliação, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivativos são classificados como ativo quando o valor de mercado é positivo, ou como passivo quando o valor de mercado é negativo. O reconhecimento dos ganhos e perdas com valor de mercado depende da classificação dos derivativos (mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge). Para fins dessa demonstração, o Banco de Investimento possui apenas derivativos mantidos para negociação.

#### g. Operações de crédito e outros créditos (Operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. Após o 59º dia, o registro é efetuado em juros suspensos (rendas a apropriar) e o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

#### h. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

#### i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda em 2019 e à alíquota de 20% em 2018, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos considera-se a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

#### j. Depósitos

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

#### k. Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares

Foram registrados pelos valores de emissão, acrescidos das despesas incorridas até a data de balanço.

#### l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

**Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

**Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

#### m. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: equipamentos de uso - 10%; sistemas de comunicação e segurança, sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel.

#### n. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em despesas administrativas.

#### o. Pagamento baseado em ações

O Banco de Investimento dispõe de pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por colaboradores.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos incorridos são mensurados ao valor justo do passivo e reconhecidos quando os colaboradores prestam serviço à empresa. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado e mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato no resultado o montante que de outra forma seria reconhecido ao longo do período de carência.

#### 4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019				2018	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado</b>						
Posição bancada	210.032	-	-	210.032	471.536	
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	-	3.518	-	3.518	-	
<b>Total</b>	<b>210.032</b>	<b>3.518</b>	-	<b>213.550</b>	<b>471.536</b>	
Circulante				213.550	471.536	

#### 5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

##### a. Títulos disponíveis para a venda

Em 30 de junho de 2019, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo:

	2019				2018	
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido
Letras financeiras do tesouro	-	207.234	-	207.234	207.265	(31)
Letras do tesouro nacional	-	313.248	173.883	487.131	457.706	29.424
Notas do tesouro nacional - F	-	386.470	189.589	576.058	523.501	52.557
<b>Total</b>	-	<b>906.951</b>	<b>363.473</b>	<b>1.270.423</b>	<b>1.188.472</b>	<b>81.950</b>
Circulante				-	411.436	
Longo Prazo				1.270.423	502.741	
Efeitos tributários				(32.780)	(29.462)	
<b>Total</b>				<b>49.170</b>	<b>36.010</b>	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

### b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco de Investimento participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a atender às necessidades de seus clientes.

O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado através do estabelecimento de políticas operacionais, determinação de limites e do monitoramento constante das posições assumidas, as quais foram valorizadas com base nas taxas médias divulgadas por fontes independentes como a B3, Reuters e Bloomberg.

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Derivativos permitem aos usuários aumentar, reduzir ou alterar sua exposição a riscos. Derivativos são mensurados ao valor justo e demonstrados no balanço patrimonial separando-se os totais de ativos e passivos.

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2019 e 2018 estava apresentada como segue:

	Ativo			Passivo		
	2019	2018		2019	2018	
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Swaps	-	121.436	121.436	90.174	336.760	426.934
NDF	59.178	342	59.520	24.873	8.622	33.495
Futuros (*)	7.915	-	7.915	17.347	4.255	21.602
<b>Total</b>	<b>67.093</b>	<b>121.778</b>	<b>188.871</b>	<b>180.443</b>	<b>345.382</b>	<b>464.684</b>

(\*) Classificados em "negociação e intermediação de valores".

A margem dada em garantia das operações de instrumentos financeiros derivativos na clearing de derivativos é composto por títulos públicos federais no montante de R\$ 531.088 (R\$ 365.134 em 2018).

	2019				2018	
	Valor a receber/pagar				Ajuste a valor de mercado	
	Vencimento				Efeito no resultado	
Valor de referência	Até 3 meses a 1 ano	De 3 meses a 1 ano	Superior a 1 ano	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Valor de mercado
<b>Swaps</b>						
<b>Posição ativa</b>						
DI	658.973	-	-	26.171	29.375	(3.204)
Pré fixado	944.275	-	-	89.484	37.218	52.266
USD	1.533.200	-	-	5.781	860	4.921
<b>Posição passiva</b>						
DI	5.268.099	-	88.434	336.538	424.972	88.695
Pré fixado	55.094	-	1.001	-	1.001	(645)
USD	88.523	-	739	222	961	429
<b>NDF</b>						
<b>Posição ativa</b>						
USD	1.865.249	47.463	11.715	342	59.520	58.813
<b>Posição passiva</b>						
USD	1.185.796	22.916	1.957	8.622	33.495	26.309
<b>Futuros</b>						
<b>Posição ativa</b>						
DI						
Compra	1.779.972	2.447	-	-	2.447	-
Moeda Estrangeira						
Compra	5.067.589	5.468	-	-	5.468	16.820
<b>Posição passiva</b>						
DI						
Compra	-	-	-	-	-	22
Venda	860.165	3.302	-	-	3.302	2.424
Moeda Estrangeira						
Venda	1.419.991	953	-	-	953	4.802

#### Instrumentos financeiros derivativos por contraparte

	Valor de referência		2018	
	2019	Instituições financeiras	Total	Total
Swaps	5.114.221	3.433.943	8.548.164	3.818.394
NDFs	3.051.045	-	3.051.045	1.540.230
Contratos de futuros (*)	-	9.127.717	9.127.717	7.076.557
<b>Total</b>	<b>8.165.266</b>	<b>12.561.660</b>	<b>20.726.926</b>	<b>12.435.181</b>

(\*) Referem-se às operações que tenham como contraparte a B3.

#### Instrumentos financeiros derivativos por mercado de negociação

	Valor de referência			2018	
	2019	Bolsa	Balcão	Total	Total
Swaps	-	8.548.164	8.548.164	3.818.394	
NDFs	-	3.051.045	-	3.051.045	1.540.230
Contratos de futuros	9.127.717	-	-	9.127.717	7.076.557
<b>Total</b>	<b>9.127.717</b>	<b>11.599.209</b>	<b>20.726.926</b>	<b>12.435.181</b>	

#### 6. Carteira de câmbio

	2019		2018	
	Outros créditos	Outros créditos	Outros créditos	Outros créditos
Câmbio comprado a liquidar	377.014	71.955	377.014	71.955
Direitos sobre venda de câmbio	326	50.145	326	50.145
<b>Total</b>	<b>377.340</b>	<b>122.100</b>	<b>377.340</b>	<b>122.100</b>
Circulante	377.340	122.100	377.340	122.100
<b>Outras obrigações</b>				
Obrigações por compra de câmbio	380.415	71.038	380.415	71.038
Adiantamento sobre contrato de câmbio	(41.709)	-	(41.709)	-
Câmbio vendido a liquidar	326	50.118	326	50.118
<b>Total</b>	<b>339.032</b>	<b>121.156</b>	<b>339.032</b>	<b>121.156</b>
Circulante	339.032	121.156	339.032	121.156

#### 7. Carteira de crédito por faixa e nível de risco

	2019			2018	
	Parcelas a vencer	Parcelas com atraso inferior a 15 dias	Parcelas com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Provisão
Nível AA	41.709	-	-	41.709	-
<b>Total</b>	<b>41.709</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.709</b>	<b>-</b>

#### 8. Outros créditos e outras obrigações - Diversos

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
<b>Outros créditos</b>				
Adiantamento e antecipação salarial	1.754	-	1.170	-
Créditos tributários (Nota 22.c)	8.384	58.983	24.283	27.641
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	15.544	-	20.786
Imposto de renda a compensar e a recuperar	7.500	-	7.027	-
Valores a receber de sociedades ligadas	14.676	-	6.442	-
Antecipação de imposto de renda	5.803	-	-	-
Antecipação de contribuição social	2.629	-	-	-
Comissão por emissão de ações	8.848	-	-	-
Outros	73	256	1.138	59
<b>Total</b>	<b>49.667</b>	<b>74.783</b>	<b>40.060</b>	<b>48.486</b>
<b>Outras obrigações</b>				
Provisão para pagamentos a efetuar (**)	31.082	12.131	29.770	11.473
Provisão para passivos contingentes (Nota 23.a)	-	5.555	-	8.934
Obrigações com sociedades ligadas	4.892	-	1.388	-
Outras	2.738	-	1.263	-
<b>Total</b>	<b>38.712</b>	<b>17.686</b>	<b>32.421</b>	<b>20.407</b>

(\*) O Banco de Investimento mantém valores depositados em juízo, determinados por diversas instâncias judiciais, aguardando a decisão definitiva desses processos. Este montante é composto, materialmente, por processos fiscais de imposto de renda e contribuição social, cujas provisões estão apresentadas na nota explicativa 23.

(\*\*) Referem-se principalmente a provisões para despesas de pessoal, incluindo encargos.

#### 9. Imobilizado de uso



# HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

www.hsbc.com.br

Em milhares de reais

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

### 20. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2019	2018
Despesas de contribuição ao COFINS	(7.760)	(6.730)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(1.432)	(1.097)
Outras despesas tributárias	(955)	(367)
<b>Total</b>	<b>(10.147)</b>	<b>(8.194)</b>

### 21. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
<b>Outras receitas</b>		
Reversão de provisões operacionais	393	2.162
Atualização monetária de depósitos judiciais	235	308
Varição cambial	2.607	-
Varição monetária sobre impostos	255	-
Outras	29	172
<b>Total</b>	<b>3.519</b>	<b>2.642</b>

### Outras despesas

Varição cambial	-	(2.364)
Outros	(108)	(110)
<b>Total</b>	<b>(108)</b>	<b>(2.474)</b>

### 22. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Encargos devidos sobre as operações do semestre

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações dos períodos:

	2019	2018
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)</b>	<b>19.827</b>	<b>66.775</b>

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)	(7.931)	(30.049)
(Adições)/exclusões permanentes	(959)	(329)
Incentivos fiscais e adicional de Imposto de Renda	142	173
Outros ajustes	39	(1.981)

	2019	2018
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do semestre</b>	<b>(8.709)</b>	<b>(32.186)</b>

(\*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda em 2019 e à alíquota de 20% em 2018, ajustado na forma da legislação.

#### b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(28.214)	(48.040)

### Impostos diferidos

Constituição no semestre, sobre adições temporárias	19.505	15.854
<b>Total</b>	<b>(8.709)</b>	<b>(32.186)</b>

### c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2018	Constituição líquida (realização)	Saldos em 30/06/2019
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>			
Provisão para contingências fiscais	1.212	(11)	1.201
Gratificações e participações no resultado	16.371	(4.309)	12.062
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	28.100	23.824	51.924
Provisão para honorários advocatícios	571	(21)	550
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda ativo	-	12	12
Outras	2.822	(1.204)	1.618
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>49.076</b>	<b>18.291</b>	<b>67.367</b>

#### Total dos créditos tributários ativos

49.076 18.291 67.367

### Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(29.407)	(3.386)	(32.793)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(53.645)	1.227	(52.418)
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(83.052)</b>	<b>(2.159)</b>	<b>(85.211)</b>

	Saldos em 31/12/2017	Constituição líquida (realização)	Saldos em 30/06/2018
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>(33.976)</b>	<b>16.133</b>	<b>(17.844)</b>

### Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Provisão para contingências fiscais	2.154	44	2.198
Gratificações e participações no resultado	12.941	(1.632)	11.309
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	14.771	20.975	35.746
Provisão para honorários advocatícios	522	(37)	485
Outras	2.117	69	2.186
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>32.505</b>	<b>19.419</b>	<b>51.924</b>

#### Total dos créditos tributários ativos

32.505 19.419 51.924

### Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(41.408)	11.945	(29.463)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(23.791)	(3.565)	(27.356)
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(65.199)</b>	<b>8.380</b>	<b>(56.819)</b>

	2019	2018
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>(32.694)</b>	<b>27.799</b>

### d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

Ano	2019		Total	2018
	Diferenças Temporárias	Contribuição Social		
2018	-	-	-	7.913
2019	5.240	3.144	8.384	16.370
2020	8.748	5.249	13.996	9.725
2021	5.759	3.455	9.214	5.943
2022	4.701	2.821	7.521	5.184
2023	8.295	4.977	13.272	3.219
2024	1.307	784	2.091	999
2025	-	-	-	1.078
2026	-	-	-	995
2027	8.056	4.833	12.889	498
2028	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>42.104</b>	<b>25.262</b>	<b>67.367</b>	<b>51.924</b>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 5,30% a 9,18% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 53.906 de diferenças temporárias.

### e. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2019 e 2018.

### 23. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais.

#### Composição das provisões

As provisões para contingências cíveis e fiscais são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por:

**Contingências fiscais** - processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2019	2018
Fiscais (Nota 8)	5.555	8.934
<b>Total</b>	<b>5.555</b>	<b>8.934</b>

#### a. Movimentação das provisões

	Saldo em 31/12/2018	2019			Saldo em 30/06/2019
		Adições	Utilizações	Reversões	
Fiscais	5.582	77	(64)	(40)	5.555
<b>Total</b>	<b>5.582</b>	<b>77</b>	<b>(64)</b>	<b>(40)</b>	<b>5.555</b>

	Saldo em 31/12/2017	2018			Saldo em 30/06/2018
		Adições	Utilizações	Reversões	
Fiscais	8.841	111	-	(18)	8.934
<b>Total</b>	<b>8.841</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>8.934</b>

#### b. Obrigação legal

As provisões fiscais apresentadas na nota 23.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2019	2018
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	5.472	8.749
<b>Total</b>	<b>5.472</b>	<b>8.749</b>

(\*) O montante de R\$ 5.472 (R\$ 8.749 em 2018) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

#### c. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 40.370 (R\$ 39.450 em 2018).

### 24. Outras informações

#### a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos nos termos da Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizações posteriores.

#### b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 30/06/2018
Disponibilidades	3.952	9.579	10.614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	210.032	49.964	471.536
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>213.984</b>	<b>59.543</b>	<b>482.150</b>

A Diretoria

Sergio Rose - Contador CRC PR-064247/O-3 "T" - SP

## Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (Comitê) do HSBC Brasil foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento"). As principais atribuições do Comitê são:

#### Contratação do auditor independente

Como parte de uma organização internacional, as empresas do Grupo HSBC no Brasil utilizam a empresa de auditoria independente definida pela matriz, em Londres ("Matriz"), que é a PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes ("PWC"). O Comitê de Auditoria certificou-se de que a PWC atende a todos os requerimentos legais e regulamentares locais para a prestação de serviços de auditoria independente.

#### Revisão prévia das demonstrações financeiras antes de sua publicação

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram devidamente revisadas pelo Comitê antes de suas publicações.

#### Avaliação da eficácia das auditorias

##### a) Auditoria interna

A Auditoria Interna do Banco de Investimento segue padrões e planejamento estabelecidos pela Matriz, dispondo de especialistas em determinadas operações bancárias, tais como operações de tesouraria, asset management e outras. Para todas as áreas auditadas, são emitidos relatórios formais, os quais são discutidos com os executivos responsáveis pelas ações corretivas e são realizados acompanhamentos das recomendações. A equipe de auditoria do Banco de Investimento, em conjunto com os especialistas da Matriz, propicia um ambiente de controle conforme requerido pelo Grupo HSBC e pela regulamentação local.

Os membros do Comitê revisaram o resultado das auditorias realizadas e efetuaram o acompanhamento da implementação das recomendações dentro dos prazos estabelecidos, bem como de eventuais exceções. O Comitê de Auditoria se assegurou da eficácia desse controle da seguinte forma: 1) o resultado da auditoria é informado aos membros do Comitê e incluído no sistema do Departamento de Auditoria Interna; 2) a implementação das recomendações é acompanhada pela Auditoria Interna e as exceções reportadas ao Comitê Executivo; 3) o diretor responsável pela Auditoria Interna é entrevistado trimestralmente pelo Comitê Executivo e também, em reunião específica, pelo Comitê Regional e local de Auditoria, constituído nos termos da regulamentação local.

##### b) Auditoria externa

A eficácia dos trabalhos da PWC é assegurada pelo Comitê mediante a revisão dos seus relatórios de controles internos/financeiros e entrevistas com os responsáveis pela condução da auditoria nas reuniões do Comitê, onde são acompanhados o desenvolvimento e conclusões dos trabalhos.

O Grupo HSBC definiu políticas e controles para acompanhar aspectos relacionados à independência dos auditores. Todas as recomendações dos auditores externos são de conhecimento da diretoria executiva e sua implementação devidamente acompanhada de forma a serem efetivamente regularizadas. Anualmente, o presidente do HSBC tem que certificar para a Matriz em Londres que todas as recomendações da auditoria externa estão sendo devidamente implementadas.

#### Correção e aprimoramento de políticas e práticas

Embora ciente de suas indelegáveis atribuições, o Comitê de Auditoria, dentro do processo de Governança Corporativa do Grupo HSBC, dispõe de diversos Comitês, através dos quais são definidas políticas e estratégias do Grupo. Seus resultados em geral são acompanhados, prioridades são estabelecidas, questões relevantes são escalonadas e ações corretivas definidas visando à tomada de medidas aplicáveis a cada caso.

#### Efetividade de controles internos

O Comitê se satisfaz da efetividade dos controles internos, assegurando o funcionamento do ambiente de controles implementado no Banco de Investimento, conforme descrito nos tópicos anteriores e também mediante a revisão dos controles efetuada por seus executivos, a qual foi objeto de revisão específica pelos auditores internos. Adicionalmente, os executivos responsáveis pelas áreas de auditoria interna, auditoria externa, compliance, jurídico, crédito e finanças foram entrevistados pelo Comitê.

#### Conclusão geral

O Comitê de Auditoria certifica que as informações constantes desse relatório são verídicas, atendem às requisições definidas nas Resoluções CMN nº 2.554/98 e nº 3.198/04 e que o sistema de controles do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 26 agosto de 2018.

## Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas  
HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.